



AGRONEGÓCIO: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO

Nagila Kariny Oliveira Gouveia ¹
Manoel Calaca ²

RESUMO

O presente artigo parte do esforço de entender o que é o agronegócio, e ao considerar que as investidas para conceitualização está permeada pelos interesses das forças hegemônicas de categorizá-lo como todas as atividades produtivas associadas a tecnologia e o desenvolvimento no campo. O principal objetivo é discutir o agronegócio como processo na perspectiva de relações sociais de produção. A metodologia estruturou-se nas bases da pesquisa qualitativa. Conclui-se que para entender o agronegócio pelos processos que o caracterizam, interpõem dinâmicas não apenas produtivas, mas também sociais, no olhar sobre a terra, na relação entre produtor e produto, na perspectiva de classe, na identificação do sujeito, na produção de sua imagem no imaginário social, nas ações do estado, dos conflitos e das resistências dos sujeitos sociais excluídos, expropriados, subordinados e oprimidos.

Palavras-chave: Agronegócio, Processos, Relações sociais de produção.

RESUMEN

Este artículo se propone entender qué es el agronegocio, considerando que la búsqueda de una conceptualización está permeada por los intereses de las fuerzas hegemónicas de categorizarlo como toda actividad productiva asociada a la tecnología y al desarrollo en el campo. El objetivo principal es discutir el agronegocio como proceso desde la perspectiva de las relaciones sociales de producción. La metodología se basa en la investigación cualitativa. Concluimos que para comprender el agronegocio a través de los procesos que lo caracterizan, no sólo existen dinámicas productivas, sino también sociales, en la mirada sobre la tierra, la relación entre productor y producto, la perspectiva de clase, la identificación del sujeto, la producción de su imagen en el imaginario social, las acciones del Estado, los conflictos y resistencias de los sujetos sociales excluidos, expropiados, subordinados y oprimidos.

Palabras clave: Agronegocios, Procesos, Relaciones sociales de producción.

¹ Doutoranda no Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás-UFG, karinygouveia@hotmail.com;

² Professor do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás-UFG, manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

O presente texto traz reflexões sobre o conceito de agronegócio sob a premissa de que a “modernização da agricultura” se deu através da transformação das relações sociais do campo e de mudanças da base técnica na agricultura e na pecuária tendo a produção de mercadorias como lógica da produção agrícola, empreendida por meio de monoculturas realizadas em grandes propriedades. Parte dessa produção é destinada à exportação e parte é destinada ao processamento industrial. Portanto caracterizando um sistema de produção intrinsecamente associado à estrutura fundiária e apropriação e uso da terra cada vez mais concentrada e excludente tendo em vista que o pacote tecnológico adotado por esse modelo exclui produtores descapitalizados.

A análise dos imóveis rurais de uma malha fundiária geoespacial do Brasil confirmou a alta desigualdade da distribuição da posse da terra do país, mantendo-se o índice de Gini em um patamar próximo de 0,8 [...] A desigualdade está presente em todo o país, mas é mais acentuada nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Estados como o Mato Grosso e a região do Matopiba, onde há predomínio de grandes imóveis e a produção de commodities, lideram a desigualdade, enquanto estados com maior tradição de agricultura familiar e maior diversificação da produção (como Santa Catarina e Espírito Santo) são os que alcançam o menor valor de desigualdade, mesmo que ainda altos. A desigualdade também predomina em regiões de fronteira agrícola, onde as florestas são substituídas por monoculturas de commodities. [...] Entre os países líderes do agronegócio mundial, o Brasil desponta como o que apresenta a maior desigualdade da distribuição da posse da terra. (PINTO *et al.* 2020, pag. 15).

A conceitualização de agronegócio é o principal objetivo desse trabalho. Compreendemos que o agronegócio é um setor importante do processo de territorialização do capital e bem como na transformação e na produção dos espaços econômicos. Considerando a necessidade dessas discussões, em como abordar o agronegócio, já que os agentes do agronegócio o consideram como uma atividade que garante os saldos positivos da balança comercial brasileira.

Assim, é importante refletir as possibilidades de compressão do agronegócio das transformações das relações de trabalho relaçõesede poder. A inserção do meio técnico-científico-informacional nas atividades agrícolas e nas várias dimensões que constituem o agronegócio insere novos elementos no espaço e se desenvolve por meio de ações

experienciadas pelas dimensões técnicas e humanas representando uma historicidade e nas transformações e uso do espaço geográfico.

As densidades técnicas são muito mais do que o arranjo espacial estabelecido para garantir a velocidade e fluidez do capital, dimensionados pela economia e a política, mas também por outros aspectos determinados pelo processo de globalização. As ações políticas, ideológicas e simbólicas, são as múltiplas instâncias que compõem o ordenamento territorial que desenha uma trama para a reprodução e acumulação do capital.

Nesse ínterim, há uma legitimação dessas ações e objetos por um determinado grupo social sobre outros, pela classe dominante sobre a classe trabalhadora gerando desigualdades socioespaciais. Os sujeitos sociais protagonistas de processos anteriores são desterritorializados e em alguns casos reterritorializados em outros lugares, desarticulando modos de vida, cultura e sociabilidades. A gênese de um ordenamento territorial traz em seu processo o desordenamento, e a sua constituição se dá pelos arranjos que não apenas se transformam ao longo da história, mas também se conclui com conflitos de territorialidades anteriores (SANTOS, et. al. 2007; SANTOS, 2006).

A transformação advinda do meio técnico-científico-informacional passa pelos processos de “apropriação”, “dominação” e “uso” de territórios que já eram estabelecidos, de maneira, “permanente” ou “temporária”, “material” e/ou “simbólica” que esses territórios, no entanto, foram destruídos ou ressignificados para inserção de novas ideologias, por meio das fronteiras de expansão. Entende-se que a fronteira é o avanço dos ideários políticos e econômicos além da esfera física, mas também para o simbólico. Nesse sentido, a supressão de territórios é fundamental para o reordenamento produtivo das áreas até então não apropriadas pelo capital e seus tentáculos. À medida que a fronteira avança há o embate com outras fronteiras, concebendo um processo de conflitualidade (GOUVEIA, 2019).

O agronegócio, a partir de uma perspectiva de processo e de relações sociais de produção discutidas na Geografia, se constitui como empreendimentos capitalistas que inclui setores diversos seguimentos da economia, situados tanto no campo como na cidade e alianças com empresas do privado e que se consolida nas relações sociais de produção capitalista e constitui um conjunto de atividades articuladas que movem o espaço, tendo o Estado e as políticas públicas, fundamentais para sua dinamização e existência.

METODOLOGIA

Visando compreender a conceitualização do agronegócio como processo na produção do espaço geográfico em uma perspectiva de relação social de produção, foi realizada pesquisa bibliográfica, que de acordo Marafon et. al. (2013) se constitui nas bases da pesquisa qualitativa no intuito que construir reflexões críticas, cujas pesquisadores consideram os processos sociais. A principal motivação é interpretar o significado das ações sociais, elementos fundamentais para embasar teoricamente a análise das relações de trabalho de poder, assim como, para compreender a construção do conceito de agronegócio no Brasil.

Assim, recorreremos a pesquisa em algumas fontes bibliográficas relevantes, para esse texto e nesse contexto incluem o trabalho de Silva (1981), que discute a relação entre trabalho e produção no campo associada as transformações das relações sociais no campo com o advento da “modernização”, Delgado (2012), que contribui com o debate da economia do agronegócio, e os subsídios patrocinados pelo Estado e o pacto político que são fundamentais para seu exponencial crescimento.

Nesse sentido, as fontes bibliográficas permitem uma análise crítica e reflexiva sobre a construção do discurso do agronegócio, como fator de modernização e desenvolvimento econômico, considerando-se as contradições desse discurso na realidade do campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação territorial, na perspectiva de que sua historicidade desenvolve-se a partir das características de apropriação e expropriação de territórios, não dissociadas das metamorfoses políticas e econômicas do Brasil, que fomentaram a produção das relações sociais do agronegócio.

Nesse sentido, as reflexões direcionam-se para os processos que caracterizam o agronegócio. Delgado (2012), analisa alguns períodos do desenvolvimento do agronegócio como empreendimento capitalista no setor rural, que consolida-se nas relações sociais de produção, bem como, o produto do agronegócio. Assim, descreve a noção do agronegócio sem desconsiderar as ideias empíricas, como um ponto de partida, mas que a concepção em si é descritiva, elucidando como se desenvolve e quais as suas relações, envolvendo

atividades industriais e não agrícolas, representando uma cadeia de atividades que move o espaço. A dinâmica desse espaço é o que determina sua conceituação.

Heredia, Palmeiras e Leite (2010), reputam que ao abordar os processos relacionados ao agronegócio é necessário considerar que extrapolam o crescimento agrícola e aumento da produtividade, mas também, a importância do papel do Estado e das políticas públicas para a viabilização de sua origem e expansão.

O agronegócio em suas diversas possibilidades de discussão, desenrola-se em perspectivas ambíguas e ideológicas, nesse sentido, o produto do agronegócio está na busca de sua descrição. Delgado (2012) enfatiza, que é necessário entender que a produção desse espaço econômico possui fenômenos que se articulam, produzem e reproduzem em prol da dinâmica produtiva. Portanto, esse setor produtivo possui relações sociais de produção, no que tange a reprodução do capital e agricultura, com mediação do Estado.

O projeto de inserção do capital financeiro na agricultura, tem como interceptor necessário o Estado desde a Revolução Verde, pois, de acordo com Delgado (2012) a junção monetária e financeira do Estado, tem poder simultâneo na produção e na demanda final, já que os agentes envolvidos podem contar com condições de planejamento da produção, através do acesso facilitado e privilegiado a créditos em todas as fases produtivas.

Silva (1981), destaca que a modernização agrícola, mantém um padrão conservador das estruturas monopolizadoras e desiguais. Caracteriza-se por transformação das relações sociais do campo, no processo pelo qual o modelo de produção agrícola passa a fabricar meios necessários para geração de lucro, renda e acumulação de capital.

Servir uma dinâmica produtiva é portanto criar as condições necessárias para produção e reprodução das atividades em questão. É nessa perspectiva que os primeiros empreendimentos, neste setor julgavam que esses avanços se dariam sobre “áreas vazias”, com práticas sociais atrasadas que deveriam ser superadas, portanto, na perspectiva do ideal de modernização, progresso e desenvolvimento, vigente no discurso político territorial brasileiro, durante a segunda metade do século XX e que permanece até o presente.

Além disso, é relevante mencionar o papel fundamental do meio urbano para a suplementação dos insumos agrícolas, financiamento das atividades do setor, elaboração de políticas públicas etc. A cidade ganha nova função; é justamente deste local que são difundidos os objetos técnicos e a formação de ideias, para a geração de novas ações necessárias para tornar o espaço apto a produção. A cidade é o espaço em que ocorre a reconfiguração de valores e ideias para recepção das novas técnicas. Elias (2022), destaca que há uma (re)estruturação do

urbano, em prol de maior produtividade e competitividade, pois as cidades são capazes de responder as necessidades imediatas, portanto, uma cidade comprometida em atender as demandas do agronegócio.

A modernização agrícola transcende a instalação técnica, delinea-se também no campo das ideias com a internalização de perspectivas, que visam a substituição do “velho” pelo “novo”. A não aceitação do “novo” implica em críticas aos grupos sociais e sujeitos sociais que são classificados como “arcaicos” e entraves para o “progresso”. Em outras palavras, as estruturas técnicas e ideológicas são transplantadas para definir os mandamentos da produção que se traduz pelos interesses externos fornecendo regras e a racionalidades ou estimulando o imaginário, estabelecendo a base social da técnica e valores sociais (SANTOS, 2006) no município e, portanto, desterritorializando sistemas de produção anteriores e que em função desses processos esses povos criam estratégias de resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As transformações no campo brasileiro ao longo do tempo está associada por imprescindíveis ações do Estado atreladas a forte propaganda, e discursos que são reproduzidos e produzidos até na atualidade. Nesse sentido, a mudança nos padrões de produção e inserção da produção no sistema capitalista globalizado requer também mudanças e permanências, mudanças nos hábitos alimentares, por exemplo, dependências dos pacotes tecnológicos, e permanências nas desigualdades ao acesso a terra, nos mesmos moldes de grandes áreas para poucos, assim, a estrutura fundiária e as ações do Estado estavam perfeitamente organizados para potencializar e apoiar o crescimento de um empreendimento capitalista como o agronegócio no Brasil.

Nessa concepção, entender as dimensões dos processos que abarcam a discussão teórica do agronegócio perpassa pelos reordenamentos produtivos ao longo da história, em particular a partir da inserção do meio técnico-científico-informacional nas atividades agrícolas que introduziu novos elementos no espaço e se desenvolveu através de ações experienciadas pelas dimensões técnicas e humanas.

Bezerra (2012) situa o agronegócio como uma atividade produtora de transformações espaciais, políticas, culturais e econômicas, e mediante a isso, poderia considerá-lo como um metaconceito, a medida que sua construção é intermediado pelo conteúdo ideológico

historicamente construído, mas que além de conceituar, é ter elementos necessários para sua compreensão e considerar as contradições intrínsecas.

A utilização da palavra agronegócio é difundida, como abrangência de todas as relações de produção no campo, o que nega a ideia de que a tecnologia, a distribuição da renda, da terra, não atinge a todos, então o Agro não é tudo já que não beneficia a todos. O que é um dos pilares fundamentais para manutenção de um modo de produção dominante que se reflete em “expropriação dos meios de produção e a alienação” (ELIAS, p.6, 2022), a autora ainda elucida que a palavra tem poder polissêmico acumulada de ideologias e mitos no qual sua concepção pela sociedade é criada através dos meios de comunicação, a todo instante, todos os dias.

Esses mitos, como a Revolução Verde resolver os problemas de fome no mundo, as terras sem gente, o agro gera emprego, a grande arrecadação do agro, o agro é o que alimenta o Brasil, o agro é tudo e é todos. Partindo do pressuposto que não são todos beneficiados pelos subsídios que o Estado oferece a esse setor. Pode-se reforçar tal argumento quando Leite e Wesz Junior (2016) destaca que a dinâmica atual do agronegócio no que tange a política econômica, ordamento do território, créditos, leis ambientais e trabalhistas, entre outros, são instrumentos de atuação do Estado que atende as demandas do setor produtivo.

Assim, os objetos e as ações são delineadas para produzir o espaço receptivo para subordinar ao capital globalizado, em outras palavras o agro como negócio empresarial dependente e/ou subordinado as estruturas do capital predatório e excludente, no qual o objetivo é obter renda e lucro. Para sustentar tal dinâmica das atividades que envolvem o agronegócio estão associadas aos pacotes tecnológicos que as indústrias desenvolvem.

Tais inferências, nos traz alguns questionamentos importantes para compreender esses processos, como por exemplo, quais os aspectos podem ser utilizados para compreender o agronegócio? Não agronegócio como conceito, mas como setor produtivo que materializa-se a partir de suas ações e das ações que o impulsiona. Outro aspecto, importante questionar é quais as dimensões de atuação? São relações sociais de produção transformadas, e por isso, culturais e ideológicas, “a expansão do agronegócio e a perpetuação das desigualdades social, econômica e espacial dele resultantes exigem uma ideologia que as sustente” (ELIAS, p.6, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexização da relação campo e cidade veicula outra visão do que é o agronegócio, visão orquestrada, isso se dá por práticas territoriais e (pelas instâncias que ditam o uso do território e o ordena), nos fixos, nos fluxos, e nas ações que transplantam práticas e ideias

capazes de recepcionar e atender todo emaranhado de relações que sustentem o agronegócio globalizado.

O agronegócio está globalizado. Constitui-se de relações complexas e interdependentes que se fundamentam da divisão social e territorial do trabalho em escala mundial, e por isso, as indústrias que vendem as tecnologias necessárias para produção agrícola, cada vez mecanizada, com necessidade cada vez menor de mão de obra, subordina quem as utiliza, pois, a todo instante há uma nova atualização, mais cara e mais complexa, com maior rede de interdependência de funcionamento. Então quem são as pessoas que conseguem adquirir esses pacotes técnicos?

Então, o sistema de objetos que fazem parte do agronegócio exige e envolve ações para a produção de empresas que detêm a capacidade de criar dependência tecnológica, objetos casados e articulados para efetivar maior eficiência rentabilidade.

A fase atual do agronegócio, ainda se utiliza de estratégias para consolidar, manter e metamorfosear os espaços, produzindo uma psicofera do agronegócio. Teorizar o agronegócio é também necessário considerar a inserção do discurso que no imaginário popular sobre a importância das atividades do agro para o bem-estar da sociedade. É necessário a construção de um domínio de ações de um novo sujeito adepto a essas inovações instituídas para atender a dinâmica da produção.

Em vista do exposto, a conclusão que se extrai é de que o agronegócio não conclui-se ou define-se por um conceito mas uma conceitualização, ou seja, por processos que o caracteriza, pois, interpõe, dinâmicas não apenas produtivas, mas também sociais, no olhar sobre a terra, na relação entre produtor e produto, na perspectiva de classe, na identificação do sujeito, na produção de sua imagem no imaginário social, nas ações do Estado, nos conflitos, contradições, e nas resistências do sujeitos sociais excluídos, expropriados, subordinados e oprimidos.



REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. A.; ARRUIZZO, R. C. (Org.). **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista Nera**, [S. l.], n. 14, p. 112–124, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i14.1384. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1384>. Acesso em: 3 ago. 2023

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano - regional no Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 39, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811/41799>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. XXVI (2), jan./dez., p. 1003-1019, 2022. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_2/agb_xxvi_2_web/agb_xxvi_2-completa.pdf. Acesso em: 28 de dez. 2022.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOUVEIA, N. K. O. **A questão agrária na microrregião de Canarana MT: o reordenamento produtivo nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste**. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, IGHD, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2010, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LEITE, P. S.; WESZ JUNIOR J. V. Políticas públicas para o financiamento do agronegócio no Brasil: programas, instrumentos e resultados com ênfase no caso de Mato Grosso. In: BÜHLER, E.A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V.L. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul** [online]. Porto Alegre: Editora da

XV
ENAN
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

UFRGS, 2016, pp. 104-124. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4.
<https://doi.org/10.7476/9786557250044.0006>.

MARAFON, G. J.; et. al. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. Disponível em:
<https://doi.org/10.7476/9788575114438>. Acesso em: 15 maio 2023.

PINTO, L. F. G. Et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade. Sustentabilidade o mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em debate, IMAFLORA**, 2020. Disponível em: 1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf (imaflora.org) Acesso: 27 nov 2023.